

**MPF**  
Ministério Público Federal**Procuradoria  
da República  
em Alagoas****Secretaria Estadual**

Referência: Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.11.000.000204/2026-59

Assunto: minuta do Edital de Aviso de Dispensa Eletrônica nº 01/2026 - PR-AL - para proceder a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção de plataforma vertical do edifício-sede da Procuradoria da República em Alagoas ; Parecer da Assessoria Jurídica da PR-AL pela regularidade jurídico-formal da fase preparatória do presente procedimento para realizar a contratação direta por dispensa eletrônica por se tratar de pequeno valor, ao teor do art. 75, § 1º, inciso II, da Lei 14.133/2021. Aprovação do citado Edital e início da fase externa do procedimento, após alterações recomendadas.

**Despacho Nº 85/2026**

1. Trata-se de procedimento administrativo para análise e aprovação da minuta do Edital do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 01/2026 para proceder a contratação direta de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de manutenção de plataforma vertical do edifício-sede da Procuradoria da República em Alagoas , ao teor do art. 75, § 1º, II, da Lei 14.133/2021 (documento Único [PR-AL-00018492/2026](#)).
2. A ASSJUR-PR-AL manifestou-se, mediante o expediente Único [PR-AL-00019721/2026](#), pela regularidade jurídico-formal da minuta do Edital do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 01/2026, com recomendação de excluir a cláusula 8.14, uma vez que os valores devidos serão atualizados mediante aplicação do índice IPCA (cláusula 8.7) (a partir das fls. 4, item 13 do documento [PR-AL-00019721/2026](#)).
3. No que concerne à Secretaria Estadual, recomendou confirmar se a despesa obedece ao disposto no art. 75, §1º, I e II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 3º, §2º, da Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022 (item 9 do # documento 25), e manifestar-se acerca da disponibilidade orçamentária para a despesa (item 15 supra).
4. Reitero novamente se tratar a hipótese em análise de despesa de pequeno valor, a ensejar a contratação com dispensa eletrônica de licitação, e também afirmo a existência da

disponibilidade orçamentária para a referida contratação.

5. Concordo com as recomendações propostas pela ASSJUR, assinaladas no item 2 deste Despacho. À SLDE efetuará as alterações.

6. Aprovo a minuta do Edital do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 01/2025 sob análise, em virtude do atendimento aos pressupostos legalmente exigidos.

7. Autorizo o início da fase externa do Aviso de Dispensa Eletrônica, com as providências estabelecidas na legislação de regência (Lei nº 14.133/2021).

8. Encaminhem-se os autos à Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas para providências necessárias, conforme exposto nos itens 2 e 5.

Maceió, 19 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)

**DANIEL COSTA FORTES**

Secretário Estadual